

• Nacional



DIVIDAS ESTADUAIS

Estados iniciam troca de papéis por LBC

por Gustavo Freire
de Brasília

Os governos estaduais devem iniciar hoje o processo de assinatura dos contratos de troca de dívida mobiliária, envolvendo cerca de US\$ 16 bilhões, por Letras do Banco Central (LBC).

Os principais devedores são os governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, responsáveis por 90% desse débito em títulos. O chefe do Departamento de Operações Bancárias (Deban), Luiz Gustavo da Matta Machado, disse que os contratos deverão ser assinados nas

delegaciais regionais das do BC.

A troca será feita mediante a substituição parcial ou total das Letras Financeiras dos Tesouros Estaduais (LFTE) por LBC de 28 dias. Será total ou parcial, dependendo do volume das garantias que os estados oferecerem ao BC, que aceitará os depósitos compulsórios dos bancos estaduais e os créditos que essas instituições têm a receber de operações de crédito com o setor privado. O chefe do Deban explicou que estas garantias terão de corresponder a, no mínimo, 100% do valor da dívida rolada.

Em contrapartida, os es-

tados terão de resgatar um valor equivalente a 0,21% do montante da dívida trocada.

Os resgates, segundo Matta Machado, serão feitos, prioritariamente, dos papéis de prazos mais longos. "Isso não está escrito", comentou. "Mas, foi acordado", acrescentou o chefe do Deban. Os títulos dos estados após a troca ficarão bloqueados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

As operações terão inicialmente, um prazo de 28 dias. Mas poderão ser renovadas indefinidamente até o momento em que o BC achar que o nível de liquidez da economia tenha vol-

tado a estabilizar-se. Matta Machado explicou que a medida foi adotada para reduzir os custos de rolagem dos títulos estaduais. E que, nos períodos de estreitamento da liquidez, os bancos costumam cobrar dos estados um ágio que pode chegar a 5% ao mês, para compensar o "risco" da compra.

O estreitamento da liquidez, segundo Matta Machado, decorre do fato de que, neste período de implantação do real, os bancos querem tirar de seus balanços as operações de risco e assim ficar com mais recursos disponíveis. "Isso é normal neste momento em que todo mundo está dizen-

do que os bancos terão perdas", comentou. Em períodos normais, o ágio cobrado pelas instituições financeiras privadas é de aproximadamente 0,3% ao mês.

O chefe do Deban classificou a operação de legítima e ressaltou que ela não causará nenhum tipo de expansão monetária. Ele lembrou que a mesma medida foi adotada na gestão da ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo.

Para Matta Machado, os bancos estaduais não quebrariam se tivessem de rolar suas dívidas mobiliárias com seus próprios títulos. "Não acredito que isto acontecesse", afirmou.

Mas admitiu que a medida é preventiva contra possíveis dificuldades que instituições financeiras oficiais estaduais poderiam enfrentar com o estreitamento da liquidez da economia.

As operações de troca de títulos já foram autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na última sexta-feira, quando o BC divulgou a Resolução nº 2.081. A medida teve de ser aprovada "ad referendum" do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que preside o CMN. A próxima reunião do CMN, que estava marcada para ser realizada na quarta-feira, foi adiada por tempo indeterminado.